

Programa tenta descongelar

Arquivo/27-4-88

Divida Externa

8/5/88, DOMINGO • 7

negociação com credor

O programa econômico que o Governo anunciará na próxima semana, antes da chegada ao Brasil da missão negociadora do Fundo Monetário Internacional (FMI), é um documento que consolidará e sistematizará as medidas que vêm sendo anunciadas pelo Governo desde meados de março e definirá a estratégia de ajuste da economia consistente com as prescrições do FMI, com o propósito de viabilizar o mais cedo possível o acordo **stand-by** que descongelará as negociações com os credores externos.

O documento definirá a estratégia de redução do déficit público deste ano, limitado a 4% do PIB ou Cz\$ 2,8 trilhões, meta previamente negociada com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, justificando esse limite como consistente com o crescimento do PIB este ano, estimado em 2,5%.

Esforço

Será feita uma descrição das políticas que estão sendo seguidas, com a justificativa das medidas recentemente adotadas e o compromisso da continuação do esforço no sentido de reduzir as despesas governamentais como forma de combater diretamente o déficit público, condição considerada essencial à retomada do processo de crescimento econômico do País, de forma sustentada.

No âmbito da política fiscal será destacado o esforço feito pelo Governo para reduzir as despesas no orçamento geral da União, através de cortes nas despesas de pessoal da administração direta e nas de outros custeios, que resultaram numa economia de quase 2% do PIB. Reduções, também, na folha de pessoal e nas despesas de investimento e custeio das empresas estatais, congelamento dos créditos concedidos pelo sistema financeiro aos Estados e municípios, no limite dos saldos existentes em 31 de dezembro do ano passado; ataque aos subsídios,

com a eliminação do subsídio ao trigo; esforço para reduzir o grau de incentivos concedidos na área fiscal; e reativação do programa de desestatização acoplado a um esforço de desregulamentação da economia.

O compromisso do novo programa econômico em relação à política monetária, também coincidente com as prescrições do FMI, é no sentido de promover o mais rápido possível o retorno às taxas reais de juros; ao estreitamento da liquidez na economia; a abertura de alternativas para ampliar o giro da dívida interna, mediante o lançamento de títulos mais longos, como as OTNs.

Defasagem

Em relação à política cambial, o compromisso é no sentido de corrigir eventuais defasagens, com o propósito de não prejudicar o esforço exportador, que deverá gerar este ano, segundo as previsões oficiais, intencionalmente pessimistas, um superávit da ordem de US\$ 12,6 bilhões (o Governo, na verdade, trabalha com a hipótese de US\$ 15,0 bilhões).

A desregulamentação do comércio exterior também será apresentada no quadro do esforço no sentido da obtenção de megassuperávits comerciais, outro ponto coincidente com a estratégia de ajuste prescrita pelo Fundo Monetário. Destaque será dado às duas medidas recentemente adotadas pelo Concex (Conselho Nacional de Comércio Exterior): a liberalização das importações de alimentos, no quadro de vendas ao exterior quando o mercado por comprador (preços em ascensão), e exportações quando o mercado for vendedor (preços em baixa); e redução dos prazos de financiamento exigidos para a importação, com a dispensa de controles da Cacex para importações de valores até US\$ 500 mil.

Salário

A política salarial, no entanto, será um assunto não-resolvido. O programa econômico justificará a

atual política salarial — pois essa é, por enquanto, uma decisão do presidente — mas assinalará seu efeito realimentador do processo inflacionário.

Os ministros da Fazenda e do Planejamento desejavam que o chefe do Governo aprovasse a proposta que encaminharam há duas semanas e que contemplava a manutenção da URP (Unidade de Referência de Preços) para os salários mais baixos e um sistema de redutor para os demais níveis salariais, que aumentava na mesma proporção das faixas salariais, como uma alternativa de introdução da livre negociação.

Essa sugestão, uma cópia da política salarial, imposta pelo programa de ajuste de 1981/84, e que agradou ao FMI, pois representou uma sensível perda da renda dos assalariados, ainda não foi abandonada pela equipe econômica do Governo, os ministros da Fazenda e do Planejamento aguardam apenas a melhor oportunidade para voltar à carga, o que poderá ocorrer após a votação da nova Constituição.

Inflação

A política anti-inflacionária não será colocada como um objetivo em si, mas como um resultado do esforço de contenção do déficit público, considerado o principal fato gerador do processo inflacionário. Embora o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, tenha afirmado publicamente que o Governo trabalha com uma taxa de 600% este ano, ou uma taxa média mensal de 17,8% essa meta, evidentemente desvantajosa para o Governo, não figurará no documento.

Da mesma forma, o programa econômico silenciará sobre as metas de expansão dos agregados monetários no corrente ano, embora se saiba que o Banco Central trabalha com a hipótese de uma variação de 400% na base monetária (emissão direta de moeda).